

Flávio Miranda Molinari

**MODULAÇÃO  
DE EFEITOS  
EM MATÉRIA  
TRIBUTÁRIA  
PELO STF**

—

Pressupostos teóricos  
e análise jurisprudencial

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

*Copyright* © 2021 by Flávio Miranda Molinari

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

M722m

Molinari, Flávio Miranda

Modulação de efeitos em matéria tributária pelo STF  
pressupostos teóricos e análise jurisprudencial / Flávio Mi-  
randa Molinari. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.  
204 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 181-187.

ISBN 978-65-5510-494-3

1. Supremo Tribunal Federal (STF). 2. Direito financeiro.  
3. Direito tributário. 4. Segurança jurídica. 5. Modulação de  
efeitos. 6. Interesse social. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo 01 – Premissas Teóricas: A Força Normativa da Constituição e a Jurisdição Constitucional</b> .....	<b>11</b>
1.1 Interpretação e discricionariedade no positivismo jurídico.....	14
1.2 Jurisdição constitucional no Brasil após a Constituição de 1988.....	31
1.3. Eficácia e efetividade da constituição no tempo.....	43
<b>Capítulo 02 – Os Efeitos do Controle de Constitucionalidade e a Modulação Temporal das Decisões</b> .....	<b>55</b>
2.1. Anulabilidade <i>versus</i> nulidade dos atos inconstitucionais e efeitos <i>ex nunc</i> , <i>ex tunc</i> e <i>pró futuro</i> das decisões .....	63
2.2. Mudança constitucional, mutação constitucional e interpretação evolutiva .....	72
2.3. Formas de interpretação da “Segurança Jurídica” e do “Excepcional Interesse Social” a partir da Constituição Federal brasileira.....	87
2.3.1. Segurança Jurídica .....	90
2.3.2. Excepcional interesse social .....	105
<b>Capítulo 03 – Análise Jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal: Padrões e Tendências para Aplicação da Modulação de Efeitos em Matéria Tributária</b> .....	<b>117</b>
3.1. Casos em que houve modulação de efeitos .....	128
3.1.1. Contribuições Previdenciárias – Inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 .....	131

3.1.2. Inconstitucionalidade de cobrança do ICMS nas operações interestaduais pelo estado de destino nas hipóteses em que os consumidores finais não se afigurem como contribuintes do tributo.....	134
3.1.3. Inconstitucionalidade de benefícios fiscais concedidos unilateralmente pelo estado do Ceará .....	136
3.1.4. Inconstitucionalidade dos §§ 10 e 11 da Cláusula Vigésima Primeira do Convênio ICMS 110/2007 – Benefícios fiscais relativos à combustíveis beneficiado .....	137
3.1.5. Inconstitucionalidade de benefícios fiscais de ICMS sem convênio do CONFAZ – “Guerra dos Portos” .....	138
3.1.6. Inconstitucionalidade de lei municipal que veicule exclusão de valores da base de cálculo do ISSQN fora das hipóteses previstas em lei complementar .....	139
3.1.7. Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária .....	140
3.1.8. Inconstitucionalidade dos artigos 23, parágrafo quinto, da Lei nº 8.036 e 55 do Decreto nº 99.684, que preveem o prazo prescricional de 30 anos para cobrança do FGTS .....	142
3.1.9. Inconstitucionalidade da taxa de combate a incêndio .....	143
3.1.10. Inconstitucionalidade da concessão de créditos de ICMS em contrapartida a contribuições realizadas para o Fundo de Aplicações Econômicas e Sociais do Estado do Rio de Janeiro (FAES) .....	144
3.2. Casos em que não houve modulação de efeitos.....	145
3.2.1. IPTU – Progressividade antes da Emenda Constitucional 29/2000 .....	148
3.2.2. IPI – Creditamento de IPI por insumos sujeitos à alíquota zero, isentos ou não tributados.....	150

3.2.3. Cofins Inconstitucionalidade da revogação da isenção da contribuição prevista na LC nº 70/91, concedida à sociedade civis de prestação de serviços de profissão regulamentada, pela Lei ordinária nº 9.430/96 .....	152
3.2.4. Inconstitucionalidade da Contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL – sobre as receitas de comercialização de produtos rurais prevista no art. 1º da Lei nº 8.540, de 1992.....	153
3.2.5. Competência dos estados-membros para criar contribuição compulsória destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores.....	155
3.2.6. Inconstitucionalidade de cobrança da Taxa por serviço prestado por órgão de segurança pública.....	156
3.2.7. Inconstitucionalidade da Contribuição Previdenciária sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho .....	157
3.2.8. Inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS-Importação e Cofins-Importação incidentes no desembaraço aduaneiro .....	158
3.2.9. Alteração da jurisprudência consolidada do STJ a respeito do sujeito ativo da relação tributária relativa à incidência do ISS – Arrendamento Mercantil.....	159
3.2.10. Inconstitucionalidade da autorização dada aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas para fixar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas ou jurídica.....	160
3.2.11. Constitucionalidade da incidência de IPI nas importações de veículos automotores por pessoas físicas .....	161

3.2.12. Constitucionalidade da taxa estadual para emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica.....	162
3.2.13. Inconstitucionalidade da Lei estadual n° 11.348/00, de Santa Catarina – Cobrança de taxas em razão da prestação de serviço público e específico.....	163
3.2.14. Constitucionalidade da contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física, conforme o previsto, nas redações dada pela Lei 10.256/2001, pelo artigo 25 da Lei 8.212/1991.....	163
3.2.15. Incidência do ISS sobre as atividades desenvolvidas pelas operadoras de planos de saúde.....	164
3.2.16. Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.....	165
3.3. Como o STF justifica a modulação de efeitos em matéria tributária.....	167
<b>Conclusão.....</b>	<b>173</b>
<b>Referências.....</b>	<b>181</b>
<b>Material de Apoio e Download.....</b>	<b>189</b>